ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CRADS) – Ponta Delgada, 3 de março de 2022

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, no Hotel Royal Garden na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, estando presentes os seguintes membros: ----------

- Alonso Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, na qualidade de Presidente; --

- Abrantes Horta, representante da Autoridade Marítima dos Açores; ----------

- Rúben Medeiros, representante da Polícia de Segurança Pública; ----------

- José Miguel Vieira, representante do Comando Territorial dos Açores da GNR; ----------

- António Sousa, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; ----------

- Hugo Pacheco, Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; ----------

- Jorge Rita, representante da Federação Agrícola dos Açores; ----------

- Mário Custódio, representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores; ----------

- Catarina Furtado, representante do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS); ----------

- Pedro Neves, representante da Direção Regional dos Assuntos do Mar; ----------

- Ana Cristina Pereira Rodrigues, representante da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;

- Carolina Mendonça, representante da Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia; ----------

- Pedro Ribeiro, representante da Direção Regional da Agricultura; ----------

- Filipe Tavares, representante da Direção Regional Recursos Florestais; ----------

- Emanuel Barcelos, representante da Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos; ----------

- Anselmo Falcão, representante da Inspeção Regional do Ambiente; ----------

- José Leal, Rui Botelho, Paulo Barcelos, Ana Carvalho, João Medeiros, Diogo Caetano, Verónica Neves, Rui Coutinho, representantes de cada uma das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas que estejam validamente inscritas no registo regional a que se refere o artigo 8.º do presente diploma; --

-Ana Paula Menezes, representante das escolas que mantenham programas de educação ambiental reconhecidos pelo departamento regional competente em matéria de ambiente, eleito pelo Conselho Coordenador do Sistema Educativo de entre os presidentes dos conselhos executivos dessas escolas; ----

- Eugénio Câmara, representante da Associação do Sector Florestal; ----------

- Mário Reis, da Associação de Consumidores da Região Açores (ACRA). ----------

Esta reunião teve a seguinte agenda: ----------

1- Tomada de posse de membros do CRADS; ----------

2- Aprovação da Ata da reunião do CRADS de 2 de novembro de 2021; ----------

3- Apresentação do Relatório de Avaliação Intercalar do PEPGRA - Período de 2018 a 2019; ----------

4- Apresentação da Proposta do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores PEPGRA 20+; ----------

5- Informação sobre o estado de execução dos projetos LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDÁLIA, LIFE BEETLES, LIFE IP CLIMAZ e LIFE SNAILS; ----------

6- Relatório da consulta pública relativo à proposta de lista de águas balneares costeiras a identificar em 2022; ----------

7- Proposta de portaria que aprova a lista das águas balneares costeiras identificadas e que fixa a duração da época balnear das respetivas zonas balneares, para o ano 2022 nos Açores; ----------

8- Outros Assuntos. ----------

O Presidente deu as boas vindas aos presentes e informou que a reunião iria ser gravada (som), como facilitador para a elaboração da Ata, sendo a gravação destruída após a assinatura da mesma. ----------

Informou, ainda que, tendo em atenção a agenda da reunião, estariam presentes João Paulo da Silva Carvalho, Chefe do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Adalberto Borges Couto, Adjunto do Gabinete da SRAAC e a Diretora do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Teresa Silva, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 41º do DLR nº 19/2010/A, de 25 de maio, na sua versão atual. ----------

Tendo ainda em conta que o CRADS assume as funções de conselho consultivo dos projetos LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDÁLIA, LIFE BEETLES, LIFE IP CLIMAZ e LIFE SNAILS, estariam presentes os gestores dos projetos, Diana Pereira, Mafalda Sousa, Maria Ferreira, Miguel Ferreira e Ricardo Abreu, respetivamente.

Informou, de seguida, que onze conselheiros não poderiam estar presentes, tendo justificado a sua ausência junto do Presidente do CRADS, nomeadamente: o representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, o representante da Federação das Pescas dos Açores, o representante da Delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), o representante da AJITER, o representante da AFAMA, o representante da Associação de Escuteiros de Portugal, o representante do Observatório do Mar dos Açores, o representante da Trybio – Associação de Produtores e Consumidores da Agricultura Biológica, o representante da ALERTA – Associação de Escutismo Católico dos Açores; o representante do Corpo Nacional de Escutas – Junta Regional dos Açores e o representante da Associação Guias de Portugal. ----------

Tendo-se verificado existir quórum para prosseguir a reunião, nos termos do nº 1 do artigo 48º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual, o Presidente agradeceu o facto dos presentes terem aceite o convite, bem como a disponibilidade para contribuírem com o seu conhecimento e experiência para os trabalhos do CRADS e para a reflexão sobre as políticas públicas de ambiente e sustentabilidade. ----------

Sublinhou que este é um órgão extremamente importante para garantir o direito de participação pública, nas matérias relacionadas com o ambiente e com o desenvolvimento sustentável, bem como o diálogo entre o Governo Regional e as organizações com intervenção e interesse nestes domínios, estando por isso convicto de que o funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável continuará a dar um contributo precioso para o desenvolvimento sustentável da Região. ----------

De seguida, deu-se início à ordem de trabalhos: ----------

PONTO UM - TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CRADS ----------

Existindo novos representantes, indicados pelas respetivas entidades e conselheiros designados recentemente, o Presidente do CRADS conferiu a posse aos seguintes conselheiros: Catarina Furtado representante do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – CNADS; Rúben Medeiros representante do Comando Regional da Polícia de Segurança Pública; Rui Coutinho representante da Associação Nacional da Conservação da Natureza – QUERCUS; Mário Agostinho Reis representante da Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores – ACRA; Pedro Neves representante da Secretaria Regional do Mar e Pescas/Direção Regional dos Assuntos do Mar. ----------

Após a leitura dos respetivos termos de posse, estes foram assinados pelo Presidente e pelos empossados, sendo anexados à presente Ata, enquanto parte integrante da mesma. ----------

PONTO DOIS - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CRADS DE 2 DE NOVEMBRO DE 2021 ----------

Considerando que a Ata da última reunião foi remetida a todos os conselheiros, através de correio eletrónico e disponibilizada no sítio na Internet do CRADS, foi proposto pelo Presidente que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho. ----------

Colocado o conteúdo da Ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação. ----------

Submetida à votação, a Ata da reunião do CRADS de 2 de novembro de 2021, foi aprovada por unanimidade. ----------

PONTO 3 – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PEPGRA – PERÍODO DE 2018 A 2019 ----------

O Presidente tomou da palavra informando que o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, no procedimento de avaliação intercalar, prevê que seja elaborada uma proposta de relatório de avaliação intercalar e que esta seja remetida para parecer do CRADS. ----------

Neste sentido, foram elaborados dois relatórios, o Relatório de Avaliação Intercalar do PEPGRA e o Relatório de Seguimento e Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica, sendo agora apresentados e submetidos à apreciação do CRADS. ----------

Passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Ana Rodrigues para apresentação dos Relatórios. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Não existindo intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. ----------

PONTO 4 – "APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS AÇORES PEPGRA 20+" ----------

O Secretário Regional começou por dizer que compete ao CRADS acompanhar e avaliar a implementação e execução do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2016/A, de 29 de março e informar sobre eventuais propostas de alteração. ----------

Passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Ana Rodrigues para apresentação da proposta. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Usou da palavra o conselheiro Jorge Rita, representante da Federação Agrícola dos Açores, dando algumas notas sobre o que foi apresentado e aquilo que é uma preocupação dos agricultores em matéria ambiental. ----------

Fez uma retrospetiva relativamente à recolha seletiva das sacas de rações, adubos e plásticos e deu nota que os agricultores têm de momento 150 pontos de recolha de plásticos e sacos em São Miguel. ---------

Relativamente aos adubos, referiu que existe uma importação muito menor. Atualmente, os adubos vão de encontro a melhores práticas ambientais, sendo que todos têm essa responsabilidade. No entanto, anteriormente, os sacos eram de 50kg e agora passaram a ser 25kg, o que aumenta a produção de sacos, ou seja, maior produção de resíduos. ----------

Relativamente à existência de legislação regional do ambiente sobre a aplicação de estrumes nas pastagens e no solo, declarou que a legislação das Câmaras Municipais, sobrepõem-se à legislação do Governo Regional, o que não faz sentido e é muito mais penalizadora, resultando num desconhecimento de como são feitos os autos e qual a legislação usada. ----------

Deste modo, propôs uma melhor articulação entre todos, para que essa legislação seja harmonizada em todas as ilhas, por questões ambientais. ----------

Referiu ainda que existirão maus odores nas terras, mas os solos serão melhores e mais férteis e irá diminuir a importação de adubos. Para ser possível aproveitar melhor a matéria orgânica que existe, é necessário que esta seja aplicada da melhor forma nos solos e que haja legislação criada nesse sentido, de modo a evitar-se que esta escorra para a ribeira e que sejam aplicadas penalizações. ----------

Finalizou a sua intervenção dizendo que os agricultores têm sentido de responsabilidade, o ambiente é nosso e que todos somos responsáveis pelo ambiente. ----------

O Secretário Regional usou da palavra para dar nota que, em anteriores reuniões do CRADS, teve oportunidade de dizer que o ambiente e a agricultura têm de andar de mãos dadas e que é importante que haja uma aproximação, porque não é possível garantir um ambiente bom sem que haja uma aproximação à agricultura. ----------

A agricultura tem de facto algum impacto no ambiente, mas tem de existir alguma pedagogia porque estamos a falar do sector principal do desenvolvimento socioeconómico, que precisa ser tratado com respeito, sendo certo que é preciso evoluir e que isso ficou patente na intervenção que foi feita pelo conselheiro. É necessário que exista formação, sensibilização e consciencialização dos agricultores. O primeiro passo é dotá-los para que saibam o que têm de fazer para garantir que haja sustentabilidade no ambiente. ----------

Referiu, ainda, que se tem investido bastante em ações de sensibilização ambiental, existindo empenho e vontade. No entanto, é necessário melhorar algumas metas, pois as metas da Comissão Europeia são muito exigentes e só as conseguiremos alcançar se for feito trabalho conjunto. Para tal, é preciso envolver também a agricultura e resolver alguns problemas práticos que carecem de uma solução. ----------

A Diretora Regional agradeceu a intervenção efetuada e acrescentou que era sempre bom saber a visão e o entendimento de quem conhece o terreno e daquilo que tem sido feito na Região. ----------

Efetivamente, na área dos resíduos não-urbanos agrícolas, existe caminho para andar e este será um caminho fácil de se percorrer com o entendimento de todos. Trata-se de resíduos basicamente produzidos por uma atividade, pelo que se tem de consciencializar o lavrador/agricultor, que efetivamente é um resíduo produzido por ele, e que poderão existir mecanismos simples para se resolver. Tem de haver aqui um entendimento entre todos para que as coisas funcionem. ----------

Rui Botelho, representante da SPEA, usou da palavra dizendo que, olhando para o documento, existe uma questão base relativamente à produção de resíduos nos Açores por ilha. Retirando 2020, que é um ano anormal e olhando para a evolução 2014/2019, os Açores têm no geral muitos bons alunos. ----------

A Terceira tem uma boa capacidade de redução de resíduos, que não é só explicado devido à perda de população, mas, infelizmente a ilha de São Miguel tem um problema grave, ou seja, existe uma evolução que não se justifica pelo aumento de turismo. ----------

Referiu ainda, que a pandemia trouxe mais plástico, mais descartáveis ao nível de tratamento de resíduos e é incerto de como é que se vai ultrapassar esta fase e se vai melhorar. Existe um problema local e não só devido ao turismo. ----------

A Diretora Regional esclareceu que São Miguel foi das ilhas que mais se desenvolveu em termos turísticos e daí termos assistido a um grande aumento de produção de resíduos. ----------

Pretende-se "desligar" o crescimento económico da produção de resíduos e isso não foi feito até aqui em São Miguel. Isto também vem das imposições da União Europeia de desapegar o crescimento económico da produção de resíduos. Estando os dois ligados, a produção de resíduos vai ser sempre maior, aumentando quanto maior for o número de turistas. ----------

Referiu, ainda, que ao nível de outros resíduos, por exemplo as sacas da agricultura, o resíduo tem vindo a aumentar ao longo dos anos, mas não significa que haja algum inconveniente decorrente disso. Se formos perspicazes e aproveitarmos estes resíduos para composto, podemos substituir adubos e valorizar a Região. Tem de se olhar os problemas como sendo uma oportunidade e é este o objetivo do PEPGRA. -

O Secretário Regional acrescentou que existe um problema de produção de resíduos que depende de vários fatores. Um deles é sermos uma Região arquipelágica com especificidades diferentes e tudo o que temos é encomendado e vem com dupla, às vezes tripla embalagem. ----------

Acrescentou que será um desafio bastante complexo reduzir significativamente a produção de resíduos sem se abrandar o consumo que temos. É necessária uma mudança de paradigma da população. É preciso voltar a aspetos que eram utilizados anteriormente, como a venda a granel e a retalho e isso depende da mentalização das pessoas. De facto, é necessária muita consciencialização, muita mentalização e sensibilização ambiental e um conjunto de medidas estratégicas que fazem parte deste programa. --------

Paulo Barcelos, representante dos Montanheiros, deu nota de que neste plano estratégico, a Secretaria Regional tem parceiros com quem geram processos relacionados com a questão dos resíduos. Em primeira instância, o que se quer é que todos os resíduos produzidos nos Açores tenham o seu devido destino. ----------

Deixou o alerta de que tem de se começar a apresentar neste conselho projetos, ideias e soluções em termos de prevenção e redução de produção de resíduos. Que sejam dadas ideias que possam ser implementadas em termos de Governo Regional para se tentar produzir menos resíduos. ----------

O Presidente do Conselho informou que em janeiro passado foi aprovado no Parlamento Regional um Decreto Legislativo Regional que estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção de reutilização e reciclagem. Uma dessas medidas é a alteração da taxa dos sacos de plástico, que passa de 4 cêntimos para 10 cêntimos. O objetivo desta taxa não é gerar receita, pois o ideal seria que a receita reduzisse para zero porque significaria que o consumo de sacos de plástico tinha reduzido. ----------

Informou, ainda, que os sacos de plástico ultrafinos de fruta e legumes deixarão de estar em uso e terão de ser substituídos por sacos de papel ou rede, porque o consumo desses sacos também é muito elevado e deixarão de estar disponíveis nas superfícies comerciais. ----------

Para além disso, todos os alojamentos hoteleiros e restauração passam a ser obrigados a fazer separação na origem, o que também é um contributo importante, que combate de alguma forma o aumento da produção turística ao nível da produção de resíduos. ----------

A Diretora Regional acrescentou ainda que é importante que os restaurantes e hotéis utilizem materiais que reduzam a utilização de plástico e passem a utilizar outros materiais, evitando a sobreposição de embalagens e utilização de materiais sem necessidade. ----------

A nível de medidas concretas, no documento que foi distribuído é possível verificar que este PEPGRA20+ apresenta uma listagem de medidas que foram discutidas com os parceiros e que foi colocada à consideração das várias entidades. Desde a elaboração de um guia de boas práticas para eventos circulares, passando pela promoção de ações de sensibilização para a produção de resíduos em eventos circulares, bem como a sensibilização da produção de resíduos no sector do turismo, mais especificamente direcionada para essas entidades. ----------

Usou da palavra Verónica Neves, representante da Asas do Mar, dando nota de que foi voluntária para a Associação Zero sobre um estudo para as opções sem plástico nas grandes superfícies e o que se verificou foi que nas superfícies comerciais visitadas, a maior parte das garrafas não apresentam retorno. Verificou, ainda, que de uma maneira geral as opções são escassas e que não existem produtos alternativos. As pessoas não mudam os seus hábitos também porque não existem outras opções no mercado e o que existe é de valor muito elevado. Isto deve passar também pela comparticipação do Governo. ----------
---

Questionou a razão pela qual, na ilha do Pico, ainda são depositados os resíduos em aterro e, relativamente ao turismo, questionou se, na ilha de São Miguel, o Governo Regional está a equacionar a possibilidade de aplicar uma taxa de entrada ao turista que se destine a compensar a pegada ecológica, ou campanhas de sensibilização que comecem nos aeroportos, ou até mesmo nas agências de viagens. --

Relativamente ao turismo de cruzeiros, questionou se existe algum relatório ou informação sobre se esses cruzeiros deixam cá os seus resíduos, em que quantidades e quais as contrapartidas financeiras da Região.

O Secretário Regional esclareceu que se selaram os aterros que existiam em todas as ilhas, exceto o da ilha de São Miguel enquanto está em construção o Eco parque. Quanto à ilha do Pico, ainda existe espaço para deposição, o que não significa que a estratégia seja esperar que encha para depois começar a tratar. Os dados que se verificam são dados referentes a 2020 e ainda existe um aterro na ilha do Pico que, por vezes, recebe em casos excecionais resíduos provenientes de outras ilhas, como foi o caso durante a pandemia. ----------

A Diretora Regional usou da palavra para esclarecer as restantes questões efetuadas pela conselheira, referindo que no que diz respeito ao aterro do Pico é importante que sejam encontradas alternativas o mais rapidamente possível e que o objetivo é ser aterro zero. Relativamente à sensibilização ao turista, é uma boa proposta que tem de ser pensada e a taxa ao turista poderá ser uma questão a ser analisada. Quanto aos cruzeiros não é possível dar a informação por não se possuir os dados nesse momento. -------

O Secretário Regional tomou da palavra para esclarecer que em relação à taxa turística, esta é uma taxa municipal cobrada no âmbito das autarquias. Existe uma proposta no parlamento do PAN para a criação de uma taxa turística que será discutida brevemente. Quanto ao turismo de cruzeiros e aos resíduos produzidos, posteriormente será enviada a informação aos conselheiros. ----------

Usou da palavra o conselheiro Eugénio Câmara, representante da Associação do Sector Florestal, para dizer que o sector florestal produz muitos resíduos e que alguns desses resíduos podem mostrar perigo nas pastagens por ficarem por cima de estradas. Esses resíduos podem ser limpos pelo proprietário, mas ele tem de fazer um esforço para conseguir transportar os resíduos para local apropriado, uma vez que o custo é muito elevado. Enquanto os empreiteiros florestais não tiverem o seu alvará para um melhor controlo sobre práticas que executam e não forem responsabilizados, nunca se irá avançar. Deixou uma nota aos conselheiros de que o tema florestas devia ter um espaço próprio para discussão e chamou ainda a atenção para que seja ativado o conselho florestal que já não reúne há muito tempo. ----------

O Presidente do Conselho registou as preocupações deixadas pelo conselheiro e informou que as mesmas serão transmitidas ao Secretário da tutela correspondente, como tem sido feito sempre que trazem ao debate assunto que não sejam da competência do CRADS. ----------

Anselmo Falcão, Inspetor Regional do Ambiente, tomou a palavra para prestar esclarecimentos em relação à eliminação da biomassa florestal e agrícola, operações que estão previstas no diploma. Quando estas são efetuadas pelo seu produtor e no interior da respetiva exploração, estão dispensadas de licenciamento, depois há uma série de condicionantes que estão associadas às Câmaras Municipais. A ação da Inspeção tem sido concertada e direcionada, as campanhas de sacos de plástico e afins tem sido um mote da IRA e uma área de trabalho onde tem sido investido alguns dos seus recursos com bons resultados. ----------

Usou da palavra Filipe Tavares, da Direção Regional dos Recursos Florestais, para referir que relativamente ao conselho florestal, o mesmo não tem existido por não haver um consenso na ativação desse conselho. No entanto, informou que será transmitido e analisado o assunto. ----------

Em relação à gestão de resíduos florestais, atualmente os empresários não possuem verbas disponíveis para proceder a essa gestão. Existe essa preocupação e no próximo quadro comunitário está a ser desenvolvida a possibilidade do madeireiro ter uma verba para gerir melhor esses gastos. Quanto ao transporte, já se conhece essa posição, mas não compete à DRRF, mas a outra entidade. ----------

A conselheira Ana Carvalho, representante da Gê-questa, interveio dizendo que existem resíduos agrícolas, resíduos florestais e resíduos que vêm do mar. Com a existência da mobilização da população, que é feita através das associações de ambiente, existem cada vez mais pessoas a recolher lixo do mar que posteriormente é colocado nos contentores de resíduos sólidos urbanos. Isso faz com que aumente a quantidade de resíduos e está a carregar um contentor que devia ser usado para outro fim. Deu exemplo do que aconteceu na Caloura, em que foi colocado um contentor específico para esse tipo de resíduos de lixo marinho e questionou se não será possível colocar contentores de cor diferente e com identificação nas zonas mais problemáticas, de forma a ser efetuado um tratamento diferenciado desse tipo de resíduos. ----------

Referiu, ainda, a problemática da recolha de lixo porta a porta. Antes o lixo era colocado dentro de contentores que cada casa possuía. Agora isso não se verifica e as pessoas estão a deixar o lixo no chão,

o que acaba por ser espalhado por animais e levado para o mar. Sugeriu que se volte a considerar a distribuição de contentores para recolha de resíduos porta a porta. ----------

Questionou ainda sobre os contentores de composto orgânico que algumas ilhas já dispõem e que em algumas zonas ainda não se vê. Em reuniões do CRADS anteriores, foi dito pelo Senhor Secretário e pela Senhora Diretora que não era possível intervir nessa questão por ser da responsabilidade das autarquias. No entanto, solicitou que, se possível, fosse feita uma recomendação ou uma sensibilização do Governo às autarquias sobre esse assunto. ----------

Quanto aos sacos de plástico, com o aumento da taxa, existe uma menor distribuição dos sacos nas caixas das superfícies comerciais. O cliente não leva esses sacos, mas vai comprar sacos em rolo para o lixo. Esta situação necessita de ser observada, porque na legislação está descrito que o lixo deverá ser colocado num saco de plástico, não existindo uma redução de sacos de plástico. ----------

Referiu, ainda, que foi publicado num jornal que a Direção Regional da Agricultura pretendia implementar um incentivo e um reforço ao retorno da agricultura familiar, de modo a reduzir nas importações e aumentar a nossa autossustentabilidade. Sugeriu que o Secretário fosse um elo de ligação com a Secretaria da Agricultura e que tentasse perceber o ponto de situação. ----------

Alonso Miguel tomou a palavra para esclarecer que o retorno da agricultura familiar é da completa tutela da Secretaria da Agricultura, medida essa que espera que se concretize. ----------

Relativamente ao lixo marinho, afirmou que é uma grande problemática, pois independentemente das campanhas que sejam feitas, no dia seguinte existem mais toneladas de lixo marinho "naturalmente" vindo de fora, ou seja, que não é produzido na Região e grande percentagem são plásticos ou derivados de plástico, tomando como boa a recomendação de reforço de colocar mais contentores específicos para esse lixo e que a sua recolha terá de ser articulada. ----------

Sobre a colocação de baldes do lixo para a recolha porta a porta, referiu que embora não seja possível intervir nas ações das Câmaras Municipais, é possível participar, dar contributos e apoiar as Câmaras na recolha seletiva de orgânicos e é isso que tem que ser feito. Já foram adquiridos contentores e alguns equipamentos foram entregues aos municípios, mas é necessário fazer mais e o Governo Regional está disponível para isso. ----------

A partir de 2027 só será contabilizado, para cálculo de taxa de reciclagem, os biorresíduos oriundos da recolha seletiva. Para se atingir metas que são desafiantes, tem de se começar a tratar dos biorresíduos. Nesse sentido e no âmbito do Projeto REACT-U, estão a adaptar-se os centros de processamento de resíduos das 7 ilhas à compostagem. Quando o objetivo é ter-se 65% de reciclagem em 2035, percebe-se que o caminho tem de passar pela recolha seletiva de orgânicos e embora não seja possível obrigar as Câmaras Municipais, é possível apoiá-las e é nesse sentido que se está a trabalhar. ----------

A Diretora Regional agradeceu o contributo e deu nota que, em relação aos sacos de plástico se trata de uma questão técnica, pois enquanto os sacos de alta densidade permitem ser mais vezes reutilizados, os outros não, pois têm corantes ou então tintas usadas nos logótipos e portanto, os do lixo acabam por ter uma pegada ecológica muito menor.----------

Relativamente às Câmaras Municipais e ao processo de recolha de biorresíduos, acrescentou que muitas Câmaras já possuem os contentores, mas ainda não foram colocados porque têm de preparar toda a logística para a recolha e encaminhamento e ainda não tem essa capacidade financeira, estando a aguardar apoios. Isto é um processo que vai avançando a vários ritmos ao longo do Arquipélago. ----------

Pedro Ribeiro, Diretor Regional da Agricultura pediu a palavra para informar que em breve o Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural irá apresentar um estudo sobre a problemática dos plásticos gerados e produzidos na agricultura, com detalhes mais precisos e valores mais concretos. Houve

uma articulação entre todos os intervenientes do sector, Federação Agrícola e operadores económicos que importam esse tipo de produto, para averiguar os dados concretos do volume que entra na Região, nomeadamente os filmes plásticos das redes, sacos de rafia e a quantidade gerada no sector, com um estudo comparativo com outros países e soluções para se avançar para um nível superior. ----------

Em complemento ao que foi dito, o Governo anterior já tinha feito uma portaria de ajuda ao transporte dos plásticos de algumas ilhas para a Terceira para ser tratado na TERAMB, sendo que este governo melhorou um pouco. ----------

Esclareceu ainda que foi efetuada uma reunião conjunta com a GNR/SEPNA onde foram abordados vários temas, para que seja possível trabalharem todos em conjunto e de modo profissional na linha dos autos de notícias que são produzidos, até ao processo de contraordenação. É importante melhorar-se o sistema e o enquadramento legal que existe. ----------

Relativamente à produção regional e ao facto de não existirem mais produtos regionais nos supermercados, isso deve-se e depende dos consumidores e o que se tem observado na nossa agricultura é que os agricultores deixam de produzir porque os consumidores não querem pagar. ----------

Em relação à economia circular familiar, esclareceu ainda, que existe o estatuto da agricultura familiar e que foram realizadas alterações ao ser atribuído esse estatuto. Assim, é automaticamente atribuído ao produtor alguns benefícios como o gasóleo agrícola, investimentos em maquinaria e diminuíram-se as exigências no enquadramento. ----------

O Presidente do Conselho deu nota que relativamente aos maus odores, a APA está a trabalhar numa legislação nesse sentido, pelo que se tem de aguardar a legislação a nível nacional para se tentar acompanhar essa matéria. ----------

Agradeceu a intervenção do Diretor Regional da Agricultura e mostrou-se expectante relativamente ao estudo que será apresentado relativo aos plásticos. Informou que, brevemente, um privado de São Miguel irá apresentar uma candidatura a um Projeto LIFE e, se for aprovado, contará com a colaboração do Governo Regional e terá um impacto na redução do consumo de plásticos. ----------

O conselheiro Rui Coutinho, representante da Quercus, felicitou a apresentação feita do PEPGRA e deu nota que lhe chamou a atenção o aumento do abandono ilegal de resíduos. Com tanta prevenção e educação há uma pergunta que se impõe: ou os açorianos são verdadeiramente incumpridores ou alguém está a falhar um pouco na sua ação. Outro aspeto importante é a fração de biorresíduos urbanos recolhidos. Não sabe se esses valores irão cumprir cabalmente as metas em função da introdução da nova legislação, considerando que estaremos um pouco no limite de não as conseguir atingir. ----------

Por último, referiu que as perspetivas para a Terceira e São Miguel são muito otimistas no que diz respeito ao tratamento de resíduos. A Terceira neste momento está com 9 mil toneladas e o crescimento para 2025 é o dobro. No caso de São Miguel, haverá introdução da central de valorização, o que levará posteriormente a dois competidores no tratamento de resíduos. ----------

Alonso Miguel começou por dizer que as preocupações do conselheiro também são as do Governo. As metas são efetivamente muito ambiciosas, mas são metas definidas pela Comissão Europeia. A obrigação é traçar uma estratégia para as atingir e se no final não for possível, decerto vários países dos estados-membros também não conseguirão atingir esses objetivos. Na verdade, se em 2035 não se atingir uma taxa de reciclagem de 65%, mas de 62% ou 63%, os resultados serão igualmente bons. Compete-nos ser ambiciosos e traçar uma boa estratégia. Existe o empenho, mas é certo que isso implica o envolvimento de todos, não só do Governo, das Câmaras, dos operadores, da população e dos sectores produtivos da nossa Região. ----------

Usou da palavra Carolina Mendonça referindo que é importante olhar para o tema dos resíduos como uma abordagem sistémica. Não se poderá responsabilizar apenas uma única entidade. Esta responsabilidade tem de ser partilhada e de facto este objeto de estudo envolve aqui várias dimensões. Uma delas é sem dúvida a dimensão social. As questões que se colocam é porque é que as pessoas não estão dispostas a pagar mais por produtos locais em detrimento de produtos exportados para a Região, ou porque é que existem ainda pessoas que depositam o lixo indevidamente, ou porque é que existem questões ambientais que ainda não são prioridade na vida dessas pessoas. ----------

Vivemos numa Região em que ainda é caracterizada por baixos rendimentos, por problemas sociais, pela dependência de muitos subsídios e isto associado a uma grande taxa de abandono escolar vai contribuir para a existência de problemas relacionados com a edução e com a priorização daquilo que é mais importante para as pessoas. Decerto não vão colocar como prioridade as questões ambientais, sendo por isso necessário resolver primeiro os problemas de base e os fundamentais. ----------

Apresentou ainda outro ponto que está relacionado com o Turismo. Encontra-se a decorrer o processo de certificação para a obtenção de certificação de nível 3, de prata para a Região. Neste processo têm sido envolvidas várias entidades como hotéis, alojamentos locais e agências de viagens para integrarem os objetivos sustentáveis das Nações Unidas. Na sua atuação e desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade, é solicitado que haja também o envolvimento dos próprios turistas, para que pratiquem práticas sustentáveis no destino e durante a sua estadia. Todas essas ações têm sido alvo de monitorização, existindo vários grupos de trabalho em todas as ilhas. ----------

O último ponto apresentado pela conselheira foi a preocupação relacionada com os resíduos relativos ao afundamento do navio "Felicity ace" incendiado, pois pode estar a causar derrames. A conselheira questionou se existe alguma coisa que se possa fazer ou soluções para mitigar os impactes negativos decorrentes destes derrames. ----------

O Secretário Regional usou da palavra para dar nota de que a educação será sempre o elevador social e a resolução para grande parte dos nossos desafios e a gestão dos resíduos não será diferente. ----------

Em relação ao navio que afundou, a informação que está disponível é que o navio se encontra a 3000 metros de profundidade. De seguida, passou a palavra ao Diretor Regional dos Assuntos do Mar para que este pudesse esclarecer mais alguma questão. ----------

Pedro Neves, Diretor Regional dos Assuntos do Mar, esclareceu que no decorrer dos trabalhos serão dados alguns esclarecimentos relativos ao navio afundado e será ainda mostrada uma fotografia onde o mesmo se encontra agora. ----------

Relativamente à proposta dos contentores para recolha de lixo marinho, afirmou que a mesma poderá ser enquadrada no Projeto LIFE, o que seria interessante para efeitos de contabilização de resíduos num futuro próximo. ----------

Usou da palavra Mário Reis, representante da ACRA, para felicitar a apresentação feita do documento e referiu que o assunto que mais lhe chamou a atenção foi o da prevenção. No entanto, existem algumas nuances que já são sistemáticas, como o agravar da taxa de sacos plásticos, que acredita que vá penalizar os consumidores, em particular aqueles que podem menos, não vendo como positiva a medida dos 10 cêntimos. Seria positivo se a verba que se arrecadou até agora substituísse de vez os plásticos por materiais orgânicos. ----------

Deixou o alerta de que a Região pode criar e aplicar diretivas, mecanismos para evitar o consumo excessivo de plástico e cartão, através do combate ao excesso de embalagens. Apesar da Assembleia da República ter chumbado quatro propostas na anterior legislatura, o ideal será sempre reduzir, reutilizar e reciclar o uso do plástico. ----------

Questionou ainda a situação do lixo que é trazido pelos navios de cruzeiro que visitam os Açores. Como é tratado, se é separado, quanto custa, quanto é que essa operação rende à Região e se valerá a pena. Sabe-se que isso mexe com vários sectores da economia, mas é necessário fazer-se o balanço e perceber em que medida o lixo destes barcos influencia os dados, em particular na ilha de São Miguel. ----------

O Presidente do Conselho tomou da palavra para referir que relativamente aos sacos de plástico compreende que exista um estrato da sociedade mais formado que outro, mas que a medida é igual para todos e é um desincentivo ao consumo. Como não são conhecidas muitas outras formas de se desincentivar, é imperativo que se faça algo e o aumento do preço resulta. Este aumento não tem como objetivo gerar receita. Está a ser preparado a criação de um fundo de emergência climática para onde serão canalizadas as verbas angariadas, como a taxa dos sacos de plástico. Esse fundo servirá para apoiar situações que ocorram em alturas de emergência, o que se tem verificado cada vez com maior frequência. Deu como exemplo o que aconteceu nos Mosteiros e Feteira na ilha de São Miguel. Deste modo, será possível apoiar as pessoas e o seu património, quando já não seria possível fazê-lo de outra forma. Se restar algum dinheiro, ele será investido em medidas de mitigação das alterações climáticas. No ano passado, a taxa dos sacos de plástico rendeu 320 mil euros. O excedente dessa taxa será investido em medidas de adaptação e mitigação às alterações climáticas, o que no fundo resulta em canalizar essas taxas e direcioná-las para uma intervenção no ambiente. ----------

Em relação ao trânsito dos navios de cruzeiro é importante existirem métricas que permitam avaliar, de facto, o impacte que isso tem. Afirmou, ainda, que quando se recebem os resíduos produzidos dessas embarcações, estão-se a cumprir compromissos que existem e que são internacionais, porque também temos embarcações que vão descarregar noutros países. Poder-se-á verificar se existe informação sobre as embarcações que podem deixar os seus resíduos, assumindo o compromisso de posteriormente remeter essa informação para conhecimento dos conselheiros. ----------

Diogo Caetano, representante dos Amigos dos Açores, considerou que grande parte dessas medidas passam por questões de governança e muitas das vezes de alguma desresponsabilização do cidadão e das entidades ligadas à administração local e regional. ----------

Relativamente às metas, referiu que são ambiciosas e questionou o que irá acontecer se não forem atingidas ou se não forem cumpridas. Ao assumir-se um compromisso regional relativamente ao cumprimento de uma meta europeia, se à partida pensa-se que esta pode não ser cumprida, questionou se isso irá comprometer as entidades gestoras de resíduos de pagarem uma coima em 2030. ----------

Relativamente ao Eco Parque de São Miguel, dar direito a uma contraordenação com aplicação de uma coima, sabendo-se à partida que dificilmente haverá uma viabilidade de cumprimento de meta e avançar-se para um projeto onde o único incumprimento é pagar uma coima, parece a esta associação que, do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista de governança, é um sinal de alguma impunidade de cumprimento do que estava definido e estabelecido. ----------

Os Amigos dos Açores consideram que a governação tem de ter o foco numa política de prevenção de resíduos e não na perspetiva de produção de mais resíduos. Assumem que há uma evolução e compreendem que este assunto não pode ser resolvido em tão pouco tempo por este Governo. É um assunto herdado de muitos anos e é uma problemática social e ambiental. A distinção far-se-á pela coragem que se tenha de tomar determinadas linhas e mudar alguns paradigmas. As questões têm de ser trabalhadas no sentido de existirem resultados a longo e médio prazo, tal como o PEPGRA que tem um horizonte de planeamento muito além da legislatura que está em curso. ----------

Em relação ás taxas contribuírem para as questões ambientais, questionou como é que o Governo conseguirá garantir que essas verbas sejam efetivamente aplicadas na área ambiental. ----------

O Secretario Regional, Alonso Miguel, esclareceu que existe uma proposta apresentada pelo PAN que é posterior ao anúncio feito pelo Governo relacionado com a criação de um fundo de emergência climática e que não se trata do mesmo assunto. Neste caso, trata-se de um fundo de emergência climática cuja fonte de financiamento são as taxas de sacos de plástico, que são redirecionadas para apoiar no património as pessoas que tenham sido afetadas no âmbito de eventos meteorológicos extremos, decorrentes de alterações climáticas possam ou não ser considerados casos de calamidade pública. Quando não existir outro enquadramento esse fundo é acionado. Deu como exemplo o conjunto de viaturas que foram destruídas no âmbito das enxurradas. Uma vez que não existe enquadramento atual que permita auxiliar estes danos, com este fundo será possível. Se houver um ano em que não haja calamidades, as verbas que sobrarem poderão ser utilizadas diretamente pelo Governo Regional ou através de contratos ARAAL pelas autarquias, investindo na requalificação de ribeiras ou outro tipo de intervenções, que minimizem o risco de acontecimentos desse tipo. ----------

Acrescentou ainda que este Governo tem um ano e meio de funcionamento, o que não permite que seja feito um conjunto de medidas e tê-las já concluídas e estruturadas. Afirmou ainda não concordar que não exista uma mudança de paradigma e que seja mais ou menos a manutenção daquilo que vinha sendo feito anteriormente, até porque existem um conjunto de medidas que estão a ser implementadas que rompem completamente com aquilo que estava a ser feito. Desde logo, a criação de um roteiro para a neutralidade de circularidade de resíduos, com a criação de um guia metodológico para a criação de sistemas PAYT e com a adaptação dos centros de processamento de resíduos para a compostagem de resíduos orgânicos. Existem um conjunto de medidas e investimentos de vários milhões de euros a executar no prazo de dois anos, no âmbito de REACT-U financiado quase a 100% e que são exatamente direcionados para melhorar as condições que existiam em termos de gestão de resíduos. ----------

Reforçou, ainda, que a Região é dependente e não é possível exigir-se que seja vendido um produto embalado de uma determinada forma e enviado para os Açores, pois nenhuma fábrica de grande escala irá mudar a sua metodologia de embalamento. Para além disso, afirma que existem algumas medidas que podem ser postas em prática, mas que a grande maioria se torna mais complexa devido aos direitos e garantias das entidades, não sendo possível proibir a importação de produtos por decreto. O conjunto de medidas que foram implementadas têm como objetivo abrandar o crescimento da produção de resíduos, nos próximos anos. ----------

As metas são uma responsabilidade do Estado-Membro e os Açores podem assumir as mesmas que o Estado-Membro ou assumir metas mais baixas, como é o caso da Madeira (adequadas à sua realidade). É entendimento deste Governo que a Região se alinhe com o que foi definido. O enquadramento jurídico para quem não cumprir as metas é a aplicação de uma coima de contraordenação. Deste modo, os operadores são notificados e têm de explicar porque não cumpriram com a meta e qual o conjunto de trabalhos que vão realizar para conseguir recuperar desse incumprimento. Para além do processo contraordenacional, poderão ainda ter um conjunto de sanções acessórias. ----------

Acrescentou que ainda não foi rececionada na Secretaria a resposta do Eco Parque de São Miguel, mas o atraso na construção da incineradora e no conjunto de valências do Eco Parque naturalmente tem influência nisso. Presume-se que as Câmaras da ilha vão alegar a inexistência de verbas e falta de enquadramento financeiro para proceder à aquisição de uma estação de tratamento mecânico. Porém, é necessário aguardar resposta e perceber quais são as medidas que têm no plano. Assim que houver resposta, decorrerá o processo normal de contraordenação. ----------

Diogo Caetano tomou a palavra e referiu que a situação da ilha de São Miguel e da ilha Terceira é distinta. Um encontra-se em execução e o outro ainda não está construído, fazendo com que o não alcance das metas na Terceira seja mais grave do que São Miguel. ----------

Diogo Caetano afirmou ainda que o não investimento no tratamento mecânico-biológico também não iria garantir o alcance das metas na Ilha Terceira. O problema é muito mais vasto, ressalvando a necessidade de criação de leis ou algum mecanismo de modo a penalizar de forma correta. ----------

Relativamente às metas, afirmou que se está muito aquém e que com as novas fórmulas, estar-se-á cada vez mais longe de as atingir, tornando-se mais difícil alcançar os objetivos para 2030/2035. ----------

O Secretário Regional, Alonso Miguel, deu nota de que, do ponto de vista da ação governativa o que é possível fazer é exatamente o que foi feito e que existe legislação, mas o que ela diz é que se despoleta um processo de contraordenação. O processo dá seguimento e será feito o necessário para se cumprir com aquilo que está definido na legislação. Adiantou desconhecer as consequências definidas a nível europeu para o incumprimento dos países, porque espera-se que todos cumpram as metas. Porém as metas são muito ambiciosas e existe a probabilidade de alguns países não as cumprirem. No entanto, do ponto de vista de sanções da União Europeia desconhece-se e nem se sabe se estão previstas. É importante que se reflita nisso, visto que a probabilidade de acontecer com alguns países é elevada. -----

Relativamente à ilha Terceira, a justificação para a não aplicação de estações de tratamento mecânico-biológico tem a ver com o valor do investimento e que para acontecer tem de ser comparticipado. De momento, aguardam um novo quadro comunitário para verificar de que forma pode ser enquadrado. ---

Deu também a informação de que no âmbito do fundo ambiental tentou saber se era possível angariar verbas para que a TERAMB pudesse implementar a estação e tentou-se ver também a nível do POSEUR com o resto das verbas que ainda existem se poderiam ser alocadas. Existiu, também, oportunidade nas reuniões realizadas com os presidentes das Câmaras da ilha Terceira de colocar essas questões. Por exemplo, a instalação de um TMB para reduzir o aporte de resíduos que são incinerados, não prejudicando o financiamento. A resposta foi no sentido de que não se pode descorar que se trata de uma zona que se encontra por cima do aquífero basal da ilha, sendo imperativo não continuar a contaminar. A informação que disponibilizam é que mantendo o fluxo de refugo das outras ilhas e que a capacidade que têm nas bolsas lá existentes, em 20 anos está resolvido. ----------

Alonso Miguel deu ainda uma última nota referindo que caso não se atinjam as metas, a culpa não é dos cidadãos. Todos têm responsabilidades e a obrigação do Governo é proceder ao máximo de ações de sensibilização e de consciencialização possíveis. Como referido anteriormente, no ano passado foram implementadas mais de 140 ações e um conjunto de estratégias regionais. Porém, admite que poderá não ser suficiente, mas que é fundamental que se continue a fazer isso. ----------

O representante da Federação Agrícola, Jorge Rita, no seguimento daquilo que foi dito, referiu que apesar de a nível nacional e regional nem sempre ser possível haver uma boa articulação entre o ambiente e a agricultura, a Região consegue fazê-lo, facilitando a resolução de problemas existentes com os agricultores. ----------

Deixou um desafio à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e à Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de avaliarem os erros e as conquistas que já foram feitas. No seu entendimento, a Região está a caminhar para um patamar excecional, do ponto de vista da imagem da Marca Açores, pois está-se a direcionar uma mensagem ao público interessado em visitar a Região e de incentivo ao consumo dos produtos regionais. Com isto, poder-se-á continuar a caminhar para a descarbonização que advém do consumo local/regional. ----------

Sugeriu, ainda, que caso se verifique enquadramento no próximo quadro comunitário de apoio, uma grande aposta da Região deveria consistir no aumento de área de floresta, para aproveitar muitos terrenos que começam a estar desertificados por diversas razões, como por exemplo, o baixo rendimento dos mesmos para que a prática agrícola mantenha uma boa produtividade. O aumento de floresta na Região é quase uma condição e obrigação, até pelas questões ambientais na monitorização de carbono. -

Felicitou a existência deste conselho, que serve para o Governo ouvir as opiniões dos vários intervenientes e que felizmente os conselheiros não têm problema em dizer aquilo que pensam, aquilo que sentem, o que é salutar para a discussão. ----------

Relativamente à questão da agricultura familiar e das importações dos alimentos, afirmou que nos supermercados não existem produtos regionais disponíveis na área dos hortícolas e que é importante que não se esqueçam das condições arquipelágicas em termos de solos. Não existem seguros para as colheitas e com as tempestades perdem-se muitas plantações. Porém, uma agravante é a falta de mão de obra que há neste tipo de agricultura. Refere que há potencial para produzir mais na Região Autónoma dos Açores e que não é incompatível com a produção de carne. Deve-se potenciar o crescimento e que para tal é necessário investir em formações para os agricultores e para os produtores agrícolas a todos os níveis. --

O Presidente deu nota que o conselheiro abordou um aspeto importante: a descarbonização. Quando se fala em descarbonização, seja através da reflorestação, da recuperação e/ou criação de turfeiras, que têm uma excelente capacidade de retenção de carbono, não só estamos a contribuir para esse sector no caso da reflorestação, como também estamos a fazer o sequestro de carbono. Estamos a respeitar o uso do solo, o que é importante e exige uma articulação muito grande da agricultura e do ambiente. Depois ainda existem outros benefícios porque muitos dos eventos meteorológicos extremos que vão acontecer cada vez com maior frequência, podem ser minimizados com a reflorestação de turfeiras. ----------

Acrescentou, ainda, que neste momento existe um projeto de recuperação para a melhoria do conhecimento de localização e recuperação de turfeiras no valor de 2 milhões de euros, a executar nos próximos dois anos. Isto possibilitará recuperar um conjunto de turfeiras, em zonas que não tem aptidão para pastagem. Para além disso, há também a elaboração do roteiro para a neutralidade carbónica. Deste modo, irá permitir medir a qualidade carbónica em cada sector e que quantidade falta ao nível do sequestro, para podermos caminhar ao nível europeu no sentido de atingir as metas. ----------

O conselheiro Paulo Barcelos, representante dos Montanheiros, usou da palavra para abordar o tema da taxa turística municipal. Considera discriminatório o pressuposto que dever-se-á pagar mais porque haverá mais resíduos e os respetivos custos associados. Deu como exemplo os turistas espanhóis, que fazem parte do espaço comunitário europeu. Referiu que não se sabe até que ponto se poderá estar a cobrar uma taxa para um serviço a um cidadão que vai consumir e causar tantos distúrbios ou prejuízos à natureza, como outra pessoa qualquer que seja nacional. ----------

O segundo aspeto está relacionado com os RCD's de construção e demolição. Apesar de estar a decorrer o Eco-freguesias, todos os anos existe um esforço para que alguns vazadores públicos sejam limpos de resíduos e de depósitos ilegais. No entanto, a verdade é que uma pessoa que faça uma pequena obra em casa, quando tem de dar destino aos seus resíduos, tem sempre um conjunto de problemas. Primeiro, o custo de se deslocar ao sítio onde o resíduo vai ser tratado. Se ultrapassar um determinado montante, tem de pagar e se vem de longe, muitas vezes deitam os resíduos na ribeira mais próxima. O conselheiro acrescenta, ainda, que gostaria de ver nas freguesias mais afastadas dos centros urbanos, as caixas de metal para recolha de resíduos de obras que as empresas que tratam dos RCD's usam para transportar os resíduos. Questionou sobre a possibilidade das Juntas de Freguesia terem um espaço para as pessoas colocarem esses resíduos e depois a Junta transportaria os mesmos para o local adequado. Porém, afirma que alguém teria de assumir os custos. ----------

O Secretario Regional tomou da palavra dizendo que compreende a situação levantada pelo conselheiro. Efetivamente, do ponto de vista legislativo, a responsabilidade do depósito de resíduos é sempre do produtor, mas podem acontecer casos em que não se justifique uma deslocação para colocação no destino correto, sobretudo de freguesias mais afastadas. Adiantou que existem algumas Juntas de Freguesia que fazem esse transporte, porque gerem o seu orçamento de maneira a disponibilizar esse

serviço à população. Tem de existir uma fiscalização grande e considera que a Inspeção Regional do Ambiente e os Vigilantes da Natureza têm feito esse trabalho de forma competente. ----------

Em relação ao Eco-freguesias deu nota que já estão abertas as candidaturas para o Programa Eco-freguesias 2022. Acrescentou que existe o compromisso feito anteriormente junto das Juntas para a revisão do regulamento do programa. Todas as Juntas consideram que o Programa Eco-freguesias é fundamental, no entanto não concordam com as regras que estão definidas. Umas têm ribeiras, outras têm grotas, umas têm mais pontos de recolha, outras menos e torna-se difícil fazer uma matriz de critérios que permita ser aceitável para todos. ----------

O conselheiro Eugénio Câmara chamou a atenção para o facto da Região dos Açores ser a única zona na qual os proprietários florestais, após cortarem as suas áreas, terem a obrigatoriedade de as rearborizarem. Alertou ainda para a necessidade de medidas de apoio aos mercados europeus e regiões ultraperiféricas a nível da exportação para que, futuramente, não existam problemas com o excesso de madeira. No próximo PO, o apoio atribuído ao produtor na rearborização das matas cortadas foi diminuído para 5%, na parte de reconversão de pastagem. Para os produtores agrícolas é bom, mas para os florestais não. ----------

O Secretário Regional usou da palavra para dar nota que a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural criou um grupo de trabalho para as questões da neutralidade carbónica. É necessário ter um mercado certificado e regulado. É algo que se vai começar a trabalhar e existe o interesse para que as grandes empresas regionais, sobretudo empresas públicas, em vez de comprarem quotas ao mercado externo, consigam comprar e mantenham esse rendimento nos produtores regionais. É preciso saber como é que isso se faz e como se pode retirar dividendos, não ao Governo Regional, mas para os produtores, para a criação de sumidouros de carbono, seja pela reflorestação, seja pela criação de turfeiras. ----------

PONTO 5 – "APRESENTAÇÃO da informação sobre o estado de execução dos projetos LIFE: LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDALIA, LIFE BEETLES, LIFE IP CLIMAZ e LIFE SNAILS" ----------

O Presidente do Conselho Regional começou por dizer que compete ao CRADS, em geral, aconselhar o Governo dos Açores e acompanhar a elaboração e aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como se pronunciar em matérias de conservação da natureza, biodiversidade, geodiversidade e paisagem. ----------

Há que ter em conta que, conforme deliberado anteriormente, o CRADS assume as funções de conselho consultivo dos Projetos LIFE´s. ----------

Passou a palavra à gestora do Projeto LIFE IP AZORES NATURA, Diana Pereira, para apresentação do estado de execução do projeto em curso. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Não havendo intervenções o Secretário Regional passou a palavra à gestora do Projeto LIFE VIDALIA, Mafalda Sousa para apresentação do estado de execução do projeto em curso. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Não havendo intervenções, o Presidente passou a palavra à gestora do Projeto LIFE BEETLES, Maria Teresa Ferreira, para apresentação do estado de execução do projeto em curso. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Não havendo intervenções o Secretário passou a palavra ao gestor do Projeto LIFE IP CLIMAZ, Miguel Ferreira para apresentação do estado de execução do projeto em curso. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

Não havendo intervenções, passou a palavra ao gestor do Projeto LIFE SNAILS, Ricardo Abreu, para apresentação do estado de execução do projeto em curso. ----------

Este projeto visa três espécies de moluscos endémicos da ilha de Santa Maria, no Arquipélago dos Açores, nomeadamente *Plutonia angulosa*, *Oxychilus agostinhoi*, e *Leptaxis minor*. As duas primeiras são avaliadas como criticamente ameaçadas e a terceira como ameaçada na Lista Vermelha da IUCN. Estas espécies têm distribuições geográficas distintas, embora sobrepostas e enfrentam ameaças semelhantes. ----------

O projeto LIFE SNAILS visa aumentar a qualidade e quantidade do habitat para assegurar a conservação a longo prazo dos caracóis endémicos ameaçados (*Oxychilus agostinhoi* e *Leptaxis minor*) e do semislug (*Plutonia angulosa*) na ilha de Santa Maria. ----------

Para o efeito, o projeto aumentará a disponibilidade e reduzirá a fragmentação do habitat adequado em áreas atuais/históricas da distribuição das espécies alvo, através de uma infraestrutura verde interligada. Isto terá o valor global de 1.994,078 €, a executar em cinco anos, tendo iniciado a 01/01/2022 e com terminus previsto a 31/12/2026. ----------

A apresentação deste ponto foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

O conselheiro Rui Coutinho solicitou que fossem partilhados os endereços do sítio da internet de todos os Projetos LIFE's e acrescentou que estes Projetos deveriam ser mais divulgados. ----------

O Secretário Regional afirmou que será remetido a todos os conselheiros os respetivos endereços, com exceção do SNAILS que sendo um projeto criado recentemente, o sítio da internet ainda não se encontra concluído e em funcionamento. ----------

Relativamente ao Projeto LIFE BEETLES, o conselheiro Eugénio Câmara questionou se quando foi referido que a Lagoa Funda já estava "perdida", referiam-se à mata que se encontra dentro da caldeira. ----------

A gestora Teresa Ferreira respondeu que a Lagoa Funda se encontra num estado de invasão elevado por parte do *Hedychium gardnerianum* e sendo uma lagoa muito escarpada, o controlo não pode ser feito de qualquer maneira. A utilização de herbicidas não pode ser tida em conta, devido a ser uma linha de água

e o tipo de acesso ser complexo, dificultando a intervenção. Por estas razões, qualquer tipo de intervenção, naquela área, será muito moroso e que em tempo útil de projeto e em termos ecológicos de preservação da espécie *Tarphius floresensis*, não faz sentido gastar esforços naquela área quando, ao lado, existe a Lagoa Rasa. Afirmou que será preferível investir esforços em zonas recuperáveis, como é o caso da zona do Ferro Velho, onde existe uma turfeira arbórea bastante distinta, que começa a ter focos de invasão. --

O conselheiro Eugénio Câmara acrescentou que existe uma mata que se encontra praticamente dentro da água na Lagoa Funda e que não foi autorizado o corte ao seu proprietário. Com este projeto seria possível resolver dois problemas em simultâneo. Cortava-se a mata ao proprietário e aproveitava-se para arborizar com espécies endémicas. ----------

O Secretário Regional respondeu que a questão do conselheiro ficava registada, mas alertou que os Projetos LIFE destinam-se à conservação da natureza de espécies-alvo. Apesar desta ação ser interessante do ponto de vista ecológico e socioeconómico, poderá não interessar aos objetivos do LIFE BEETLES. Salientou que muitas vezes existem intervenções que até podem fazer sentido, mas que saem do âmbito e do objetivo que está estipulado pelo programa. ----------

O Secretário Regional questionou os conselheiros se existia algum impedimento em apresentar os pontos 6 e 7 em simultâneo, tendo sido aceite. ----------

PONTO 6 – "APRESENTAÇÃO do relatório da consulta pública relativo à proposta de lista de águas balneares costeiras a identificar em 2022" e ----------

PONTO 7 – "APRESENTAÇÃO da proposta de portaria que aprova a lista das águas balneares costeiras identificadas e que fixa a duração da época balnear das respetivas zonas balneares, para o ano de 2022 nos açores" ----------

O Presidente do Conselho começou por dizer que compete ao CRADS, em geral, participar na definição e acompanhamento das políticas ambientais referentes ao espaço marítimo adjacente ao arquipélago dos Açores. ----------

Passou a palavra ao Diretor Regional dos Assuntos do Mar, Pedro Neves, para apresentação dos dois pontos da reunião. ----------

A apresentação destes pontos foi efetuada com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS. ----------

Foi apresentada a proposta de Portaria das águas balneares para 2022. Esta Portaria teve origem na diretiva comunitária em 2006, que foi transposta para legislação nacional e, consequentemente, para decreto legislativo regional. ----------

A legislação tem quatro componentes principais: proteger o ambiente e a saúde humana, identificar anualmente as águas balneares, definir anualmente a duração da época balnear e incentivar a participação do público. ----------

A legislação regional determina que a Portaria seja publicada até 31 de março, estabelecendo quais as zonas balneares e o período das épocas balneares, que difere conforme a entidade gestora. ----------

Em 2022, foram identificadas 86 águas, mais quatro que o ano passado, sendo a ilha do Pico a que possui mais zonas balneares. Desde 2011 até 2022, tem se observado um crescimento de zonas balneares. As zonas balneares em 2011 eram apenas 58 e em 2022 serão 86. ----------

No que diz respeito ao ilhéu de Vila Franca do Campo, face à má qualidade da água e de acordo com a Diretiva Comunitária e com a legislação regional, foi criado um grupo de trabalho e um plano de monitorização da água, que está a dar os seus frutos. ----------

Em 2021, após um conjunto de medidas e análise das águas, os resultados foram francamente positivos. A participação do Instituto Nacional Ricardo Jorge permitiu detetar com maior exatidão a origem da má qualidade das águas, que está relacionada com os dejetos das aves. ----------

Por fim, mostrou um slide sobre o afundamento do navio "Felicity Ace", que ocorreu fora da ZEE dos Açores e fora da área do Parque Marinho dos Açores, a uma profundidade de 3000 metros. ----------

O impacto ambiental será reduzido e a atuação da Autoridade Marítima Nacional no acompanhamento do sinistro, sendo a entidade pública nacional com competência no combate à poluição, permitiu que a operação fosse bem-sucedida, evitando qualquer poluição. ----------

Informou, ainda, que o Governo Regional esteve sempre ocorrente da situação, tendo havido uma constante ligação direta entre o Governo e Autoridade Marítima. ----------

Concluída a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. ----------

O Secretário Regional questionou o Diretor Regional dos Assuntos do Mar se foi efetuada alguma operação de remoção de combustível do navio. ----------

O Diretor Regional respondeu que pelas informações que tinha até aquele momento, a corveta NRP Setúbal encontra-se a fazer o controlo constante da poluição do navio e que face às condições do mar no local, por enquanto não existe qualquer derrame. ----------

Terminou referindo que o navio só transportava carros, pelo que não se prevê que a poluição de combustível seja muito grande. ----------

Alonso Miguel usou da palavra e acrescentou que as viaturas possuem um conjunto de baterias de fluídos que podem ser contaminantes. Admite que o mar tem uma grande capacidade de diluição, mas poderá não ser uma situação tão simples ao nível de contaminação, mas aguardar-se-ão por mais informações. -

Verónica Neves tomou a palavra dizendo que o encerramento da época balnear, em datas diferentes, não beneficia em nada a informação aos banhistas e que seria mais correto e mais informativo terminar tudo na mesma data. ----------

Sabendo que os ilhéus são essenciais para a conservação de espécies e tendo em conta a qualidade das águas do ilhéu de Vila Franca do Campo, propõe uma mudança de paradigma à utilização que se faz, sugerindo a realização de outras atividades que não impliquem um afluxo tão grande de pessoas. Acrescentou que o importante são as gaivotas e se de facto existe documentação relativa à poluição desta zona, considera que esta informação deve ser pública e que as medidas a tomar também devem ser debatidas, uma vez que se trata de uma espécie protegida pela diretiva das aves. ----------

Finalmente demonstrou a sua preocupação relativamente ao assunto do "Felicity Ace". Trata-se não só de combustível, mas também de metais pesados que, inevitavelmente, irão com a corrosão chegar à água e ser disseminados. Alertou ainda para a problemática da contaminação das espécies marinhas que serão consumidas, pois irá ocorrer a difusão da poluição, independentemente se está ou não dentro da ZEE. Questionou quais as contrapartidas ambientais que o Governo Regional exigirá aos responsáveis, ao proprietário do barco e o custo ambiental que, embora ainda sendo desconhecido, existe. ----------

O Secretário Regional tomou da palavra para dizer que é importante perceber se a solução da localização foi a mais adequada, mas que isso será sempre discutível. Estando a embarcação a afundar, tentaram

escolher a localização com menor impacto. Futuramente, poderá suceder um processo que eventualmente resultará em sansões à empresa, para recuperação do impacte ambiental. ----------

O Diretor Regional dos Assuntos do Mar usou da palavra e agradeceu a intervenção da conselheira e indicou a importância de opiniões divergentes, pois permitem chegar a um consenso, de forma a resolver os problemas que existem. ----------

Relativamente ao "Felicity Ace", o Diretor Regional acrescentou que a responsabilidade do caso esteve a cargo da Autoridade Marítima Nacional. Esta entidade manteve sempre o contacto com as Autoridades Regionais, colocando-as ao corrente do que se estava a passar. Antes do navio afundar, foram realizados vários esforços para que o mesmo fosse rebocado até às 60 milhas, para se efetuar um conjunto de operações. No entanto, as condições meteorológicas não o permitiram. Na altura, a melhor forma de se tentar resolver este problema, foi evitar que se afundasse na ZEE. ----------

O Diretor Regional disse compreender as preocupações da conselheira e informou, ainda, que o armador entregou uma carta de conforto no valor de 1000 milhões de euros, caso aconteça alguma coisa. ----------

Verónica Neves interveio para questionar a estratégia para a zona do ilhéu de Vila Franca. O Diretor Regional dos Assuntos do Mar esclareceu que existe informação pública disponível no *site* do Governo, onde se pode encontrar as análises das águas que foram efetuadas em 2021. Informou que vai solicitar aos técnicos responsáveis mais informação sobre esta matéria e que posteriormente enviará os relatórios.

Rui Coutinho questionou o Diretor Regional sobre os potenciais impactos do afundamento do "Felicity Ace". Salientou que será provável que ocorram problemas com os combustíveis e existindo cerca de 4000 viaturas a bordo, o problema poderá ser maior, visto que muitas delas eram híbridas. Acrescentou que seria importante saber se os peritos perceberam a dimensão e os efeitos do incêndio que aconteceu, sugerindo, ainda, que fosse facultada mais informação ao público. ----------

O Diretor Regional, Pedro Neves, agradeceu a intervenção e referiu que, neste momento, encontra-se um navio na zona a monitorizar o local. Informou, ainda, que tentará saber, através dos canais oficiais, se existe ou não contaminação e que toda a informação que existir sobre esta matéria será disponibilizada, obedecendo ao princípio de administração aberta. ----------

Rui Botelho tomou a palavra para referir que a existência de gaivotas no ilhéu de Vila Franca e em outras ilhas é um assunto sensível e que já havido sido abordado pelo Governo anterior. Considera que devem ser apresentados mais relatórios e que deve ser um tema abordado no CRADS. ----------

Pedro Neves, Diretor Regional, esclareceu que transmitiu a informação que detém do grupo de acompanhamento e que todos os documentos que possui relativos a esta matéria serão enviados. --------

O Secretário Regional usou da palavra para dizer que o grupo de trabalho é multidisciplinar e que há de reproduzir um relatório, pelo que será necessário aguardar os resultados. ----------

A conselheira Carolina Mendonça usou da palavra para dar uma sugestão relativamente à certificação do turismo sustentável. Existem alguns documentos estratégicos, como por exemplo, o plano sustentável do destino e o documento de avaliação do risco, que será revisto na semana seguinte. Para tal, vão recolher contributos das várias direções regionais, porque terão reuniões com vários grupos de trabalho na sustentabilidade do destino. Assim, sugeriu incluir o afundamento de navios que possam ocorrer ao largo do arquipélago dos Açores, com uma potencialidade de avaliação de risco de probabilidade e de severidade, bem como o levantamento de medidas de mitigação que possam ser implementadas quando ocorrerem situações dessas. ----------

O Secretário Regional afirmou desconhecer os protocolos que estão em vigor a nível nacional para esse tipo de incidente, mas considera ser um tema abordado e equacionado para, na eventualidade de acontecerem essas situações, existirem soluções. ----------

Jorge Rita tomou a palavra para referir que as gaivotas são transmissoras de muitas doenças e que prejudicam a agricultura, causando muitos prejuízos. Na eventualidade de se fazer algum regulamento, sugere que sejam incluídas as gaivotas. ----------

Alonso Miguel deu nota de que em todas as espécies existem mecanismos de controlo de densidade populacional, quando estão em causa aspetos de saúde pública. Disse, ainda, que se está a proceder a um levantamento dos censos da rola-turca, com a avaliação de um período temporal dos últimos anos e haverão resultados sobre esse levantamento. ----------

Deu nota, ainda, que serão cumpridas as sessões ordinárias deste Conselho e que o mesmo constitui um passo importantíssimo para a ação governativa. Afirmou, ainda, que serão realizados CRADS extraordinários, quando os conselheiros entenderem que existe matéria importante e felicitou a possibilidade de se realizar este fórum.

PONTO 8 – "OUTROS ASSUNTOS" ----------

Para terminar, o Secretário Regional passou ao último ponto da reunião, prestando algumas informações relativas ao seguinte: ----------

Os Planos de Gestão dos Parque Naturais de Ilha já se encontram na fase final da elaboração. A proposta de Decreto Regulamentar Regional e o Relatório da Discussão Pública estão prontos para ir a Conselho de Governo e consequentemente publicação. ----------

Relativamente ao Plano de Ação da Lagoa do Fogo, o documento encontra-se em fase final para ser submetido às entidades que compõem o grupo de trabalho. Posteriormente, caso assim se justifique, serão efetuadas as alterações propostas e finalmente virá ao CRADS e submetido a Consulta Pública. -----

Decorrem os últimos testes à plataforma do Projeto LUA e dependendo destes, poderão resultar algumas correções para então ser apresentada a plataforma. ----------

Relativamente ao EEA GRANTS está em fase de implementação o projeto piloto para a criação do Sistema de Depósito de Embalagens Não-Reutilizáveis de Bebidas nos Açores, que consiste na instalação de 25 máquinas de logística reversa, em todas as ilhas, pelo menos uma por cada concelho. O objetivo é aumentar os quantitativos de recolha seletiva de resíduos de embalagens e fomentar a economia circular. Este projeto representa um investimento de cerca de 1 milhão de euros, financiados em 90% pelo EEA GRANTS. Estas máquinas recebem embalagens de bebidas de plástico (PET), metal (alumínio) e vidro com capacidade máxima até 2,5 litros, em que o consumidor recebe um prémio de 0,05€ por embalagem, em cartão ou aplicação eletrónica e que pode ser recebido via transferência bancária ou levantado em qualquer loja da RIAC. Espera-se que em abril de 2022 se inicie a entrada em funcionamento. ----------

O Secretário colocou à consideração se havia intenção de alguma intervenção por parte dos conselheiros.

Rui Botelho deixou um desafio para no próximo CRADS se falar sobre o projeto de recuperação de turfeiras. ----------

Alonso Miguel deu ainda nota de que, no âmbito do programa REACT-U, existem seis projetos a decorrer que representam um investimento de 13 milhões de euros e que no próximo Conselho poderá ser agendado um ponto para se fazer o ponto de situação sobre cada um deles, se assim o entenderem. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por terminada a reunião do CRADS agradecendo a presença e a participação de todos os presentes e a contribuição de todos. ----------

Deu por concluída a reunião, quando eram quinze horas e doze minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que eu, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo: ----------

Patrícia Alexandra Marques Morais

Aprovada, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, ao vigésimo quarto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Alonso Teixeira Miguel